

## O seguro por conta de outrem em Portugal, Angola e Moçambique

Margarida Lima Rego\*

Neste texto, exponho de forma sucinta as principais conclusões da análise do «seguro por conta de outrem» nos direitos português, angolano e moçambicano.<sup>1</sup> Este não é um estudo de direito comparado. No entanto, o modo de expor tais conclusões parte da premissa de que, não obstante as diferenças entre os preceitos aplicáveis em cada um dos ordenamentos, no essencial a figura mantém os seus traços em cada um deles, não sendo identificáveis diferenças substanciais de regime.

1. Em Portugal, só em 1 de janeiro de 2009 seria revogado o regime geral dos contratos de seguro constante dos arts. 425.º a 462.º do Código Comercial de 1888 («CCom 1888»), com a entrada em vigor da nova lei do contrato de seguro aprovada pelo DL n.º 72/2008, de 16.04 («LCSP»).

Em Angola, a nova sede do direito contratual dos seguros é o Decreto n.º 02/02, de 11.02 («DCSA»), que entrou em vigor na data da sua publicação (art. 57.º). Ao contrário do que sucedeu em Portugal, este diploma não revogou, antes veio regulamentar o disposto nos arts. 425.º a 462.º CCom 1888. A primeira Lei Constitucional Angolana, de 1975, salvaguardara a vigência da legislação em vigor, ao dispor que as leis aplicáveis em Angola continuariam em vigor até a sua revogação por diploma posterior (art. 64.º).<sup>2</sup> Não obstante o disposto no art. 56.º DCSA quanto à revogação da legislação anterior contrária ao novo diploma, este não teve por efeito a revogação, no todo ou em parte, dos arts. 425.º a 462.º CCom 1888. Para essa conclusão apontam, quer a inexistência de prévia autorização legislativa da Assembleia Nacional, quer a referência legitimadora à alínea d) do art. 112.º da

---

\* Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Advogada.

<sup>1</sup> Conhecido no Brasil como «seguro à conta de outrem» (cfr. o art. 767.º do Código Civil Brasileiro aprovado pela Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002).

<sup>2</sup> Nas palavras de MIGUEL GALVÃO TELES, «O problema da continuidade da ordem jurídica e a revolução portuguesa», Separata de (1985) 345 BMJ 5-37, a pp. 33-36: «Apesar de significar a negação da pretensão de validade do direito que a precede, a revolução não conduz necessariamente a que todas as normas que compõem aquele se tornem irrelevantes. (...) A que título, porém, vigoram essas normas passadas? Serão, em verdade, as normas passadas que vigoram, ou tratar-se-á, em rigor, de normas novas (...)» Tomando como ponto de referência a ordem fundada na nova pretensão de validade, o direito precedente não pode valer senão com fundamento numa norma, explícita ou implícita, da ordem subsequente. (...) [U]ma explicação adequada das relações entre direito pós-revolucionário e direito pré-revolucionário terá de preencher duas condições: reconhecer que a vigência do direito precedente não é separável dos factos ou atos que o produziram e que o direito anterior vigora como direito passado, não como direito novo. (...) Quer isto significar, em última análise, que o direito anterior à revolução não é *re-posto* por esta, mas sim por ela, além de reinterpretado, *fundamentado*. Não vale por força já da pretensão de validade ao abrigo da qual foi produzido, sim ao abrigo da nova pretensão de validade. Esta não reconhece a anterior pretensão de validade – ao contrário, nega-a – mas tem-na em conta, embora com limites.». O problema da continuidade colocou-se também em Portugal. Sobre ele versa o texto ora citado. A permanência em vigor do direito ordinário anterior à Constituição da República Portuguesa de 1976, em tudo o que não a contrarie, resulta do disposto no respetivo art. 293.º (na versão originária, citada pelo autor a p. 20).

atual Lei Constitucional Angolana no preâmbulo do DCSA, quer a referência, também no preâmbulo, à tomada em consideração do disposto no Título XV do Livro 2.º do CCom 1888 e à «necessidade de regulamentar esta matéria», quer as remissões para o CCom 1888 no corpo do DCSA. Assim, o direito contratual dos seguros angolano é neste momento, em grande medida, o resultado de uma interpretação conjugada do CCom 1888 e do DCSA.

Em Moçambique, é ainda mais recente a nova lei dos seguros aprovada pelo DL n.º 1/2010, de 31.12 («LSM»), com base em autorização da Assembleia da República constante do art. 1.º da Lei n.º 5/2010, de 07.07. A LSM, onde se concentram as regras de direito institucional relativas às condições de acesso e exercício da atividade seguradora e de mediação de seguros e o direito contratual dos seguros, também contém uma disposição revogatória da legislação que a contrarie (art. 10.º do respetivo Decreto Preambular). Paralelamente, determina a subsidiariedade das disposições da lei comercial e da lei civil (art. 8.º/2 do Decreto Preambular). Esta remissão tanto nos conduz ao velho CCom 1888 quanto nos leva ao novo Código Comercial de Moçambique aprovado pelo DL n.º 2/2005, de 27.12, atualmente na versão resultante do DL n.º 2/2009, de 24.04 («CCom 2006»). O CCom 1888, cuja manutenção em vigor fora assegurada pelo disposto no art. 71.º da primeira Constituição da República Popular de Moçambique, de 1975, viria a ser maioritariamente revogado pelo CCom 2006 (art. 2.º/1 do respetivo Decreto Preambular). Permaneceria em vigor pouco mais do que o Livro 3.º (dedicado ao comércio marítimo, nele se incluindo a regulação do «seguro contra riscos de mar»). Não obstante a revogação dos arts. 425.º a 462.º do CCom 1888, o CCom 2006 contém uma única referência aos seguros, no art. 476.º/2 (sobre cláusulas contratuais gerais). A lacuna só seria preenchida em 31 de março de 2011, com a entrada em vigor da LSM (art. 12.º do Decreto Preambular). O contrato de seguro vem regulado no Livro 2.º da LSM, em cuja redação é patente a influência da LCSP.

O Código Civil de 1966 («CC») ainda se mantém em vigor em Portugal, Angola e Moçambique.<sup>3</sup> Embora as versões em vigor em cada um dos ordenamentos não sejam inteiramente coincidentes, fruto das alterações ocorridas desde 1975, os preceitos mais relevantes para o tema em apreço ainda ostentam, em todos eles, a sua redação originária.

2. Começo pelo que há de comum nos três ordenamentos sob escrutínio. Como melhor se verá ao longo deste comentário, em todos o seguro por conta de outrem é o seguro em que há, ou se admite que haja, pelo menos um segurado – ou cossegurado – distinto da pessoa do tomador. Ou seja, é um seguro que conta, no mínimo, com três intervenientes: o segurador, o tomador do seguro e o terceiro-segurado. É uma conclusão que se retira, no essencial, das disposições aplicáveis à identificação de tais intervenientes, cuja designação também coincide nos direitos portugueses, angolano e moçambicano.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> A aplicação do CC em Angola e Moçambique depois da independência resulta das disposições já referidas das primeiras leis constitucionais angolana e moçambicana. Importa agora acrescentar que a extensão do CC ao ultramar fora obra da Portaria n.º 22 869, de 04.09.1967.

<sup>4</sup> Para um maior desenvolvimento deste tema, embora sem as referências ao direito angolano ou moçambicano, cfr. o meu *Contrato de seguro e terceiros. Estudo de direito civil*, Coimbra 2010, a pp. 41-61 e 688-777.

As partes, num contrato de seguro, são o «segurador» e o «tomador do seguro».<sup>5</sup> Ambas são de designação relativamente pacífica em língua portuguesa. As diferenças são mínimas e sem consequências teóricas ou práticas: nas várias leis há referências, por um lado, a «tomador do seguro» e a «tomador de seguro», por outro lado, a «segurador» ou «seguradora» e a «empresa de seguros».<sup>6</sup>

Para além das partes, existe ainda, em todo o contrato de seguro, um outro interveniente principal, que é o «segurado». Na expressão da lei, o segurado seria aquele «em cujo interesse» o seguro seria celebrado.<sup>7</sup> Esta definição, comum aos três ordenamentos, parece ser de afastar, não só pela sua inerente imprecisão, uma vez que desloca o problema para a determinação do que seria o interesse relevante para este efeito, mas também, e sobretudo, porque não se pode definir o segurado como aquele que tem interesse no seguro e ao mesmo tempo exigir-lhe que tenha interesse no seguro para que este seja válido.<sup>8</sup>

A figura do segurado pode definir-se por referência ao seguro por conta de outrem: segurado é aquele por conta de quem o seguro é celebrado. Para fugir à circularidade de tais definições, defini noutra sede o segurado, nos seguros de danos, como aquele em cuja esfera se buscam os danos e, nos seguros de capitais, como aquele em cuja esfera se buscam os beneficiários. Releva nestes últimos a titularidade do direito de designar o beneficiário, ou a circunstância de se ser referência da categoria genérica estipulada pelas partes como critério para a identificação dos beneficiários – por vezes, em lugar de se conferir aos segurados o direito de designar os beneficiários, consagra-se simplesmente a regra de que estes serão os herdeiros das pessoas seguras, caso em que estas correspondem ainda aos segurados, na medida que são os *sens* herdeiros, e não os de outro qualquer, os beneficiários do contrato.<sup>9</sup> Já não releva, para este efeito, a mera titularidade do direito de exigir a prestação do segurador. Nos seguros de danos, releva a determinação do sujeito em função de cujo prejuízo se calcula, juridicamente, o montante da indemnização a pagar pelo segurador, mas já não a determinação do sujeito que, por via do pagamento, acabará por ver o seu prejuízo ressarcido com o dinheiro pago pelo segurador – que, nos seguros de responsabilidade civil, será tipicamente o terceiro lesado, com ou sem direito a exigir a prestação, e não o segurado, que se limita, tipicamente, a ser poupado de incorrer em despesas.

<sup>5</sup> Cfr. o art. 1.º LCSP, o art. 5.º/1 e 3 DCSA e o art. 79.º/1 LSM.

<sup>6</sup> O uso generalizado da expressão «tomador do seguro» é muito recente, em língua portuguesa, embora o seu uso remonte, pelo menos, a P. MARTINEZ, *Teoria e prática dos seguros*, Lisboa 1953, pp. 6 e 39. O CCom 1888 utiliza o termo «segurado», indistintamente, quer no sentido de tomador do seguro, quer no de segurado *proprio sensu*. Cfr., por exemplo, os arts. 429.º («factos ou circunstâncias conhecidas pelo segurado ou por quem fez o seguro») e 430.º («o segurado pode ressegurar por outrem o prémio do seguro»). A expressão «tomador do seguro» é de origem germânica (*Versicherungsnehmer*). Cfr., por exemplo, V. EHRENBURG, *Versicherungsrecht*, I, Leipzig 1893, p. 182.

<sup>7</sup> Cfr. o art. 47.º/1 LCSP (*a contrario*); o art. 5.º/2 DCSA; e o n.º 46 do Anexo à LSM (Glossário).

<sup>8</sup> Art. 43.º/1 LCSP. Em Angola, cfr. os arts. 428.º/1 e 456.º CCom 1888. Em Moçambique, cfr. o art. 88.º/1 LSM.

<sup>9</sup> Cfr. o art. 239.º/3 LSM. O preceito explicita a possibilidade de as partes definirem critérios para a determinação do beneficiário em lugar de fazerem recair a sua escolha diretamente sobre uma ou mais pessoas nomeadas no contrato, mas essa possibilidade estende-se aos demais ordenamentos estudados, por força do princípio da liberdade contratual a que alude, designadamente, o art. 11.º LCSP, numa remissão implícita para o art. 405.º/1 CC.

Em suma, o segurado é o *titular da cobertura*. É o sujeito que se situa dentro da esfera de proteção direta, e não meramente reflexa, do seguro, de quem pode afirmar-se que está coberto pelo seguro. Os seguros por conta de outrem são normalmente, embora não necessariamente, contratos a favor de terceiro, sujeitando-se, a esse título, ao disposto nos arts. 443.º ss CC.

3. Os três ordenamentos em apreço consagram o chamado «princípio do interesse».<sup>10</sup> O «interesse» é elevado à condição de requisito de validade do contrato de seguro, no momento da sua celebração. Complementarmente, a perda superveniente de «interesse» dá azo à caducidade do contrato de seguro por impossibilidade do objeto.<sup>11</sup>

Historicamente, o requisito do interesse surgiu primeiro no direito inglês em virtude da necessidade, que cedo se fez sentir, de traçar a fronteira entre o seguro e o jogo, alargando-se depois, embora com contornos algo distintos, aos demais ordenamentos jurídicos.<sup>12</sup> Em termos muito simples, se alguém celebra um contrato de seguro sobre a vida de uma qualquer figura pública, como em tempos chegou a estar em voga, esse ato reconduz-se a um jogo. Quem o faz pode agir com intuítos lúdicos ou especulativos mas não busca o efeito positivo característico do verdadeiro seguro: a satisfação de uma necessidade eventual a um custo certo parcial – em suma, a segurança de que, em caso de necessidade, haverá dinheiro para lhe fazer face.

Assim, para que um contrato de seguro seja válido, exige-se do segurado que tenha «interesse» no seu objeto, ou seja, exige-se que a possibilidade de ocorrência do sinistro não lhe seja indiferente, juridicamente falando, devendo esta estar associada a um juízo de desvalor, ainda que este se resuma a uma preocupação com os custos de um evento globalmente visto como positivo pelo segurado – de que é exemplo paradigmático a sobrevivência, num seguro de sobrevivência. Esse juízo de desvalor reconduz-se à identificação da necessidade que o seguro visa satisfazer.

Seria demasiado restritivo exigir do segurado a titularidade de um direito, de um dever ou de qualquer outra situação jurídica, ativa ou passiva, que pudesse estar na base do seguro, pois a história demonstra à saciedade que é frequente a necessidade existir onde tais figuras jurídicas não existem. O requisito quer-se amplo. Nesse sentido, a lei limita-se a fazer referência à «dignidade de proteção legal».<sup>13</sup>

Na encruzilhada entre o seguro por conta de outrem e o contrato a favor de terceiro, juntam-se várias referências ao conceito de interesse. Começando pelo direito dos contratos em geral, podemos encontrar as seguintes exigências: (i) de um interesse do

<sup>10</sup> Cfr. os artigos referidos na n. 8. Cfr. uma análise muito crítica das definições tradicionais de «interesse» em P. MÚRIAS, «O que é um interesse, no sentido que geralmente interessa aos juristas?» em *Estudos em Memória do Prof. Doutor J. L. Saldanha Sanches*, II, Coimbra 2011, pp. 829-857.

<sup>11</sup> Art. 110.º/1 LCSP. Em Moçambique, cfr. o art. 158.º/a) LSM. Em Angola, na falta de norma especial, a mesma conclusão retira-se do disposto no art. 790.º/1 CC.

<sup>12</sup> Cfr. M. LIMA REGO, cit. *supra* n. 4, texto a partir da n. 421.

<sup>13</sup> No preâmbulo da LCSP, fala-se antes em «interesse legítimo» (V).

estipulante na promessa do promitente;<sup>14</sup> e (ii) de um interesse do credor na prestação.<sup>15</sup> A estas referências ao interesse junta-se, no direito contratual dos seguros, como se viu, a exigência (iii) de um interesse do segurado na cobertura.<sup>16</sup>

Não há sobreposições entre as várias exigências de interesse:<sup>17</sup> (i) ao tomador, na sua qualidade de contraente, exige-se que tenha um interesse na promessa do segurador e, mais amplamente, na sua vinculação a cobrir um risco do terceiro-segurado; (ii) na sua qualidade de credor, se o for, exige-se que tenha um interesse na prestação – não no seu recebimento, entenda-se, mas no seu aproveitamento; (iii) ao terceiro-segurado também se exige, enquanto credor, que tenha um interesse na prestação; e finalmente (iv) que tenha um interesse na cobertura do seguro. As leis portuguesa e moçambicana exigem-lhe que tenha um interesse «digno de proteção legal». A expressão não é nova: tem origem no art. 398.º/2 CC.<sup>18</sup>

O seguro por conta de outrem não regula a relação por conta mas sim o seu *resultado*: o contrato de seguro é o contrato celebrado por conta. Não deverá retirar-se do texto da lei qualquer conclusão sobre quem irá suportar os custos do seguro.<sup>19</sup> Salvo estipulação em contrário, é ao tomador que cabe pagar o prémio ao segurador, não respondendo o segurado perante o segurador nem a título subsidiário.<sup>20</sup> A questão de saber quem irá suportar os custos do seguro é deixada em aberto, tudo dependendo do que sobre o tema se dispuser em sede de relação entre o tomador do seguro e o segurado.<sup>21</sup> A expressão «por conta de outrem» é usada, neste contexto, como significando «com destino para outrem»: o seguro é celebrado «por conta de outrem» quando é um terceiro o titular da cobertura.<sup>22</sup>

No direito angolano, a conclusão de que no seguro por conta de outrem o segurado também corresponde a um terceiro, e não à parte contratual a quem cabe pagar o prémio, resulta da contraposição entre o disposto no n.º 2 e no n.º 3 do art. 5.º DCSA (partes contratantes).<sup>23</sup> Uma interpretação literal do art. 6.º DCSA pareceria conduzir-nos numa

<sup>14</sup> Cfr. o art. 443.º/1 CC. Cfr. ainda o art. 448.º/2 CC. A promessa pode ainda ser feita no interesse de ambos os contraentes. Só não se admite que seja feita unicamente no interesse do promitente, pois nesse caso reconduzir-se-ia a uma ficção a presença do estipulante no contrato como parte.

<sup>15</sup> Cfr. o art. 398.º/2 CC.

<sup>16</sup> Cfr. *supra* a n. 8.

<sup>17</sup> Neste sentido, para o direito italiano, A. DONATI, *Trattato del diritto delle assicurazioni private*, II, Milão 1954, pp. 207-210.

<sup>18</sup> Cfr. ainda o disposto no art. 443.º/1 CC. Não é este o local adequado a uma contraposição entre este preceito e o art. 398.º/2 CC. Remete-se, quanto ao tema, para o que se disse em M. LIMA REGO, cit. *supra* n. 4, caps. 3.1.3, 3.3.2, 6.2.4 e 6.2.6.

<sup>19</sup> Nalguns contextos, que não este, a expressão «por conta de outrem» é usada com o sentido de «à custa de outrem». Cfr. F. PESSOA JORGE, *O mandato sem representação*, Coimbra 1961, p. 192.

<sup>20</sup> Neste sentido, M. N. KRAUSE, *Der Begriff des versicherten Interesses und seine Auswirkungen auf die Versicherung für fremde Rechnung*, Karlsruhe 1997, p. 38. Cfr. os arts. 1.º, 51.º/1, 55.º/1 e 80.º/1, todos da LCSP. Em Moçambique, é claríssimo o art. 126.º LSM. Cfr. ainda a definição no n.º 69 do Anexo à LSM. Em Angola, também é o que resulta do disposto no art. 5.º/3 DCSA. Cfr., no entanto, os arts. 17.º e 18.º DCSA.

<sup>21</sup> Sublinha-o E. DEUTSCH, *Versicherungsvertragsrecht*, 5.ª ed., Karlsruhe 2005, p. 65.

<sup>22</sup> Cfr. M. LIMA REGO, cit. *supra* n. 4, texto a partir da n. 1970.

<sup>23</sup> Art. 5.º/2 DCSA: «A pessoa singular ou coletiva no interesse da qual o contrato de seguro é celebrado designa-se segurado.» N.º 3: «A pessoa singular ou coletiva que, por sua conta ou por conta de uma ou mais

outra direção.<sup>24</sup> Causam alguma estranheza as referências, neste preceito, à necessidade de ratificação do contrato pelo segurado. No entanto, a perplexidade dissipa-se se se concluir que, na verdade, este preceito regula, não os seguros por conta de outrem, mas os seguros em nome de outrem.<sup>25</sup> A exigência de ratificação, e o regime a aplicar na sua falta ou enquanto ela não ocorre, são em parte uma decorrência do regime geral sobre representação sem poderes, consagrado no art. 268.º CC. A vinculação do representante ao pagamento do prémio, quer enquanto a ratificação não tem lugar, quer quando esta é negada, parece dever aplicar-se apenas aos casos em que o segurador *desconhecia* a falta de poderes, em linha com o que sucede nos outros dois ordenamentos em apreço.<sup>26</sup>

Com efeito, negando-se o representado a ratificar o contrato, este não chega a produzir efeitos.<sup>27</sup> Antes de se saber se o contrato será ou não ratificado, o risco é precisamente o de este não chegar a produzir efeitos. A ratificação, quando ocorre, tem uma eficácia retroativa, pelo que tudo se passa, a partir dela, como se o contrato houvesse vinculado desde logo o representado. Na falta de ratificação, a falta de efeitos do contrato não permite uma efetiva cobertura dos riscos seguros. Do mesmo modo, a responsabilidade do representante pelo pagamento do prémio não deve qualificar-se como uma obrigação de prestar, antes como uma obrigação de indemnizar o segurador, já que, embora juridicamente não seguros, do ponto de vista estritamente financeiro os riscos terão sido tratados como se o fossem, desde o momento da celebração do contrato até o do conhecimento da sua ineficácia.<sup>28</sup> Esta obrigação de indemnizar só se justifica se o

---

peçoas, celebra o contrato de seguro com a empresa de seguros, sendo responsável pelo pagamento do prémio, designa-se por tomador de seguro.».

<sup>24</sup> A letra do art. 428.º/3 CCom 1888 também poderá causar alguma perplexidade. Da última parte deste parágrafo parece poder retirar-se o reconhecimento legal de um direito do tomador a haver a parte proporcional do prémio dos restantes segurados por conta de quem celebra o contrato. Semelhante interpretação deve ser afastada, por contrária ao espírito do regime no seu conjunto, devendo antes concluir-se que o preceito ressalva esse direito nos casos em que o mesmo resulte já da relação entre o tomador e os restantes segurados, não o criando nos casos em que tenha sido diversa a alocação dos custos do seguro. Neste sentido, J. M. BRITO, *Contrato de seguro por conta de outrem. O seguro por conta de outrem nos seguros de danos*, dissertação de mestrado não publicada, Lisboa 2005, p. 149. A lei italiana também aparenta responsabilizar o segurado pelo reembolso dos prémios de seguro ao tomador, em caso de sinistro, conferindo-lhe, inclusivamente, para esse efeito, um privilégio sobre o montante de eventuais indemnizações devidas pelo segurador ao segurado. Cfr. o art. 1891 do Código Civil italiano (quarto período). Sobre este preceito, cfr. G. SCALFI, *I contratti di assicurazione. L'assicurazione danni*, Turim 1991, p. 49. Similarmente, sustenta alguma doutrina italiana, a este propósito, que a obrigação de reembolso é meramente eventual, só existindo nos casos em que o justifica «uma relação interna de natureza onerosa» entre o tomador e o segurado. Cfr. D. PURCARO, *L'assicurazione per conto altrui*, Milão 1996, p. 53. Veja-se, de resto, um exemplo em que é criado pela própria lei o direito do tomador a reaver dos restantes segurados a respetiva quota-parte do prémio, no art. 1429.º/2 CC.

<sup>25</sup> Mais rigorosas, por conseguinte, são as referências constantes do n.º 2 e do n.º 4 do art. 6.º DCSA à conclusão do seguro «em nome» próprio ou «em nome» do segurado. No n.º 1, não obstante a referência inicial à possibilidade de contratação de seguros «por conta própria ou por conta de outrem que nele tenha interesse», a sua parte final já diz respeito à contratação em nome de outrem. Já a regra constante do n.º 5 tem novamente aplicação aos verdadeiros seguros por conta de outrem (ou, consoante os casos, aos seguros celebrados simultaneamente por conta própria e alheia).

<sup>26</sup> Cfr. o art. 17.º/2 e 3 LCSP e o art. 85.º/2 e 3 LSM.

<sup>27</sup> Art. 268.º/1 CC.

<sup>28</sup> O problema foi identificado por H. TAPP BARROSO, «Representação» em *Temas de direito dos seguros. A propósito da nova lei do contrato de seguro*, M. LIMA REGO (coord.), Almedina 2012, pp. 143-190, a pp. 161-162.

representante não tiver dado conhecimento da sua falta de poderes ao segurador. De contrário, o risco de ineficácia do contrato será um risco partilhado por ambos os contraentes.

São de rejeitar formulações que pretendam dar a ideia de que se segurariam coisas e não apenas as posições jurídicas das pessoas relativamente às coisas, ou que poderiam segurar-se, quer as coisas, quer os direitos sobre as coisas, como parece decorrer da letra de alguns dos preceitos analisados.<sup>29</sup> Uma das principais conquistas do requisito do «interesse» em direito dos seguros, desta feita de origem germânica, está na separação conceptual entre o objeto da proteção do seguro – a relação de interesse – do objeto da posição de que o segurado é titular – a própria coisa segura.<sup>30</sup> Essa separação é mais nítida nos seguros em que, em acréscimo ao requisito do interesse, comum à generalidade dos contratos de seguro, se pede, num segundo momento, a avaliação do interesse, a sua quantificação.<sup>31</sup> Nesses casos, o interesse corresponderia, não já, simplesmente, à relação entre o sujeito e o bem, mas antes à *relação de valor* entre o sujeito e o bem.<sup>32</sup> Nessa exigência entronca o limite à prestação do segurador que vem a ser imposto pelo princípio indemnizatório, que está na base da distinção entre os seguros de danos e os seguros de capitais.<sup>33</sup> Não parece isto suficiente para que se autonomizem dois conceitos distintos de interesse de seguro: na

---

<sup>29</sup> Cfr. os arts. 43.º/2 e 123.º LCSP; os arts. 432.º a 435.º CCom 1888; os arts. 27.º/2 e 28.º DCSA; e os arts. 88.º/3, 181.º e 187.º LSM.

<sup>30</sup> Sobre a possibilidade de se segurarem vários interesses sobre uma única coisa, cfr., por todos, V. EHRENBERG, «Das “Interesse” im Versicherungsrecht» em *Festgabe der Leipziger Juristenfakultät für Dr. Rudolph Sohm*, Munique 1915, pp. 1-70, a pp. 7-8 e 62-70. A tomada de consciência de que nos seguros de coisas não se seguram coisas, mas interesses sobre coisas constituiu um passo decisivo na evolução do direito dos seguros. Em Portugal, podemos encontrar alguns exemplos das consequências, por vezes desastrosas, da convicção errónea de que se segurariam as próprias coisas. Veja-se o Ac. STJ 01.04.1955, Baltasar Pereira, (1955) 48 BMJ 667-672. Certa coisa havia sido dada em penhor, sucessivamente, a dois credores do respectivo proprietário. A dada altura, a coisa ardeu. O segundo credor pignoratício contratara um seguro de incêndio, pelo que, na sequência do sinistro, foi-lhe paga uma indemnização pelo seu segurador. A acção em apreço foi proposta pelo primeiro contra o segundo credor, que entendia ter direito à indemnização, que dizia ter substituído a coisa empenhada (por aplicação do art. 692.º/1 CC *ex vi* art. 678.º CC). Inexplicavelmente, o tribunal deu razão ao autor, entendendo que a indemnização devia ter sido paga ao proprietário da coisa segura – o devedor – e não ao segundo credor, pelo que estaria sujeita a concurso de credores, com a consequência de que deveria ser entregue, na íntegra, ao primeiro credor, cujo penhor precedia o do segundo credor. De nada valeu ao segundo credor explicar que era ele o tomador e único segurado daquele seguro, que havia celebrado em nome e por conta própria, suportando por inteiro os respectivos custos, para se proteger contra o eventual desaparecimento da sua garantia. Resposta do tribunal: «Não se seguram créditos, sejam ou não assegurados por penhor; seguram-se coisas. E, como já se disse, e repete, os objectos dados em penhor, segurados pelo credor, não eram deste.» (p. 670).

<sup>31</sup> Cfr. as referências ao valor do interesse nos arts. 127.º/4, 130.º/1, 131.º/1 e 2 e 132.º/1, todos da LCSP, e no art. 186.º/1 LSM. Em Angola, a lei faz referência ao valor da coisa. Cfr., por exemplo, os arts. 433.º e 435.º CCom 1888 e os arts. 27.º/2 e 28.º DCSA. Encontramos referência similar no art. 184.º/2 LSM. No entanto, em direito dos seguros como em qualquer outra área do direito, em bom rigor o que se avalia é sempre o interesse do segurado na coisa, sendo as referências ao valor da coisa normalmente um modo simples de lhe fazer referência. Cfr. *infra* o texto junto à n. 20.

<sup>32</sup> Neste sentido, por exemplo, F. v. FÜRSTENWERTH/ A. WEISS, *Versicherungsalphabet. Begriffserläuterungen der Versicherung aus Theorie und Praxis*, 10.ª ed., Karlsruhe 2001, p. 342.

<sup>33</sup> Cfr. o art. 128.º LCSP; o art. 439.º/1 CCom 1888; o art. 27.º/2 DCSA; e os arts. 182.º e 184.º/1 LSM (no primeiro caso, sob a designação alternativa de princípio da não especulação). Sobre a *summa divisio* entre os seguros de danos e os seguros de capitais, cfr. M. LIMA REGO, cit. *supra* n. 4, texto junto à n. 571.

medida em que há uma apreciação objetiva da relação, em todos os casos o direito lhe reconhece um valor, mas só nalguns requer a sua quantificação.

O caso paradigmático de tal relação de interesse é o da relação que o proprietário estabelece com o objeto da sua propriedade. Mas as diferenças entre ambas as realidades compreendem-se melhor recorrendo a um exemplo com um direito real menor. Pensemos num direito de usufruto sobre um prédio urbano. O objeto da proteção do seguro a contratar será o interesse seguro – neste caso o direito de usufruto – e não o prédio urbano – a coisa segura. O valor que interessa apurar seria o do direito de usufruto. É esse que irá estar na base do capital seguro. Porque o prédio urbano, tal como os restantes objetos materiais, não tem valor intrínseco. O único objeto de avaliação são as diversas posições de que possa ser-se titular em face de tais objetos materiais. Ou, noutros termos, as posições que *de facto* se ocupam em face de tais objetos materiais, ou imateriais, desde que avaliáveis em dinheiro, ainda que *de jure* não se seja seu titular. Aqui o interesse corresponde a um termo genérico para designar, na perspetiva da sua valia económica, toda a posição ativa, jurídica ou pelo menos juridicamente reconhecida, de que um sujeito possa ser titular por referência a um qualquer ativo. Na perspetiva da sua valia económica, porque se trata necessariamente da *relação de valor* a que se refere a doutrina alemã. Isto é válido no domínio dos seguros como nos demais – o património das pessoas não inclui coisas, apenas direitos ou outras situações jurídicas sobre tais coisas.<sup>34</sup>

Pode dizer-se que o conceito de risco já encerra a ideia de um desvalor.<sup>35</sup> Contudo, onde o conceito de interesse vem acrescentar algo de novo ao conceito de risco é sobretudo na consciência de que também se perspetiva no seguro uma relação entre o sujeito do risco e a prestação do segurador, e que é nesta última relação, objetivamente apreciada, que se situa a finalidade de satisfação de uma necessidade eventual. Daí as dificuldades que enfrenta a possibilidade de celebração de seguros para a cobertura de danos morais.<sup>36</sup> A necessidade de que trata o seguro deve ser de natureza económica, embora não necessariamente pecuniária, pois tem de poder ser satisfeita pela prestação do segurador.<sup>37</sup>

4. No seguro por conta de outrem, o segurado pode ter sido identificado no contrato ou pode a sua identificação ocorrer em momento posterior ao da celebração do contrato. Assim será, designadamente, quando o seguro se celebrar «por conta de quem pertencer».<sup>38</sup>

---

<sup>34</sup> A. DONATI, cit. *supra* n. 18, pp. 189 e 212-213, afirmou, nesta linha, que esta exigência colocava o contrato do seguro em uníssono com a teoria geral que considera objeto de tutela, não os bens, mas os interesses («direitos subjetivos», «interesses legítimos», «interesses ocasionalmente protegidos»).

<sup>35</sup> Para uma distinção entre os casos de invalidade por falta de risco e de invalidade por falta de interesse, cfr. M. LIMA REGO, «O risco e suas vicissitudes» em *Temas de direito dos seguros. A propósito da nova lei do contrato de seguro*, M. LIMA REGO (coord.), Almedina 2012, pp. 275-297.

<sup>36</sup> Cfr. M. LIMA REGO, cit. *supra* n. 4, texto junto à n. 696.

<sup>37</sup> Cfr., a este respeito, o Ac. STJ 22.03.2007, Silva Salazar, [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt) (integral). Segundo este tribunal, «o interesse no seguro deve ser específico, actual, lícito e de natureza económica –, uma vez que o contrato de seguro se destina a cobrir um risco de carácter patrimonial –, derivado de uma relação juridicamente relevante do segurado com o objecto do seguro que origine para ele a possibilidade de extrair da coisa segura utilidades ou vantagens de natureza económica, ou de sofrer dano também económico em consequência do exercício de actividade que com ou sobre esse objecto a sua relação jurídica que o abranja lhe permita exercer».

<sup>38</sup> Cfr. o art. 48.º/6 LCSP.



É esta uma figura geral do direito dos seguros: em abstrato, pode dizer-se que podem celebrar-se seguros por conta de outrem ou de quem pertencer em todas as classes de seguros. Assim é mesmo nos seguros de vida ou de acidentes pessoais, se bem que, nestes, a necessidade de obtenção do consentimento da pessoa segura possa introduzir algumas dificuldades práticas à celebração dos seguros por conta de quem pertencer, nos casos em que a sua flutuação acompanhe a dos segurados.

O seguro «por conta de quem pertencer» não se caracteriza por cobrir, simultaneamente, as pessoas do tomador e de terceiros, como por vezes se diz, mas antes por prescindir da identificação direta do segurado, que se identifica unicamente por via indireta – *per relationem* – sendo o sentido dessa referência o da «fungibilização» do segurado. Nesta modalidade de seguro por conta, o segurado identifica-se pela sua relação com algum aspeto da realidade que o rodeia. Muitas vezes, tratar-se-á da própria coisa segura.<sup>39</sup> Esta pode identificar-se em absoluto – certos lotes de amendoins, embarcados em certo dia num dado porto, em determinado navio, ainda em trânsito – ou de forma relativa – o recheio de um dado edifício. Mas pode o seguro não ser um seguro de coisas, circunstância em que a coisa a partir da qual se identifica o segurado não será, naturalmente, uma coisa segura, funcionando todavia a identificação do segurado em moldes muito semelhantes. Por exemplo, num seguro de responsabilidade civil por acidentes de viação, são segurados todos os condutores do veículo com a matrícula xx-xx-xx.<sup>40</sup> Num seguro de acidentes pessoais de passageiros, são segurados todos os ocupantes da aeronave com a matrícula yy-yyy. É este um seguro em que a qualidade de segurado é muitas vezes transitória, visto que os seus titulares se sucedem com a transmissão da titularidade do interesse seguro.<sup>41</sup>

Note-se que não basta uma qualquer identificação *per relationem*. É preciso que resulte do teor do contrato que a qualidade de segurado se transmite com a titularidade do interesse

---

<sup>39</sup> Cfr. V. SALANDRA, «Dell'assicurazione» em *Commentario del codice civile*, A. Scialoja e G. Branca (eds.), IV, 3.<sup>a</sup> ed., Bolonha 1966, pp. 172-441, a p. 229; e F. ANGELONI, «Del contratto a favore di terzi» em *Commentario del codice civile Scialoja-Branca*, F. Galgano (ed.), IV, Arts. 1411-1413, Bolonha 2004, p. 316. Para C. DIERYCK, «L'interet d'assurance dans les polices au porteur et pour compte de qui il appartient» em *Mélanges offerts à Marcel Fontaine*, B. Dubuisson, P.-H. Delvaux, H. de Rode, D. Philippe, G. Schamps e P. Wery (eds.), Bruxelas 2003, pp. 725-748, a p. 730, o seguro por conta de quem pertencer celebra-se *in re* mais do que *in persona* – como que incorporando-se, por assim dizer, na mercadoria, de que o segurado se torna acessório (p. 747). Na mesma linha, A. PINHEIRO TORRES, *Ensaio sobre o contrato de seguro*, Porto 1939, pp. 93-95, sustentara que o seguro de responsabilidade civil por acidentes de viação seria um seguro real e não um seguro pessoal, porque o âmbito da cobertura se circunscreve, não em função do tomador, mas em função do veículo, na medida em que respeita aos acidentes causados pelo veículo a que o seguro se refere, independentemente de quem o conduz, ou seja, a cobertura acompanha o veículo e não a pessoa do seu condutor.

<sup>40</sup> Em Portugal, neste caso, apesar da fungibilidade de segurados, que serão todos quantos vierem a conduzir o veículo, é de notar que o seguro não se transmite com a transmissão da propriedade do veículo, cessando por efeito da alienação. Cfr. o art. 21.º/1 do DL n.º 291/2007, de 21.08.

<sup>41</sup> E. HOFMANN, *Privatversicherungsrecht*, 4.<sup>a</sup> ed., Munique 1998, p. 198, afirma que aos contratos por conta de quem pertencer não se aplicam os preceitos relativos à transmissão da coisa segura, pelo simples facto de que, nestes seguros, a posição de segurado se adquire, de imediato, por efeito da aquisição da coisa segura – e não por cessão dessa posição do anterior para o novo proprietário. Em Portugal, também assim é: não se aplica aos seguros por conta de quem pertencer o disposto no art. 95.º/2 e 3 LCSP. Este último deixa-o bem claro, fazendo referência ao segurado determinado. Estes preceitos destinam-se a regular os demais seguros. No caso dos seguros por conta de quem pertencer, a sucessão dos vários titulares do interesse sobre a coisa segura pertence à própria natureza da figura.

seguro. Por outro lado, a circunstância de num mesmo contrato serem segurados, quer o próprio tomador, quer terceiros, nem por isso o transforma, necessariamente, num seguro por conta de quem pertencer. Pense-se no seguro de incêndio celebrado pelo administrador do condomínio por conta de todos os condóminos, um dos quais é o próprio administrador.<sup>42</sup> Será um seguro parcialmente por conta própria e parcialmente por conta de outrem, e não um seguro por conta de quem pertencer, se as respetivas condições não aceitarem a sucessão automática na posição de segurado em caso de transmissão da propriedade de uma fração autónoma. Será um seguro por conta de quem pertencer se o contrato for redigido de forma a cobrir o risco dos atuais e futuros condóminos, quaisquer que eles sejam. Este raciocínio estende-se aos casos em que o segurado é ainda indeterminado no momento da celebração do contrato mas em que no contrato se descreve o modo de o determinar. Nesta última situação, poderemos falar num seguro por conta própria e/ou de outrem.

O seguro «por conta de quem pertencer» é uma figura geral do direito dos seguros: em abstrato, pode dizer-se que podem celebrar-se seguros por conta de outrem ou de quem pertencer em todas as classes de seguros. Assim é mesmo nos seguros de vida ou de acidentes pessoais, se bem que, nestes, a necessidade de obtenção do consentimento da pessoa segura possa introduzir algumas dificuldades práticas à celebração dos seguros por conta de quem pertencer, nos casos em que a sua flutuação acompanhe a dos segurados.

Em todos os ordenamentos examinados, em caso de dúvida, considera-se que o seguro foi celebrado por conta do próprio tomador do seguro.<sup>43</sup> Assim já não será se outra coisa resultar «do contrato ou do conjunto de circunstâncias atendíveis». Um exemplo é o do seguro-caução, que, por definição, se celebra sempre por conta de outrem.<sup>44</sup> Tendo-se fixado o capital seguro por referência a um valor mais elevado do que o da posição que o tomador ocupa perante o objeto seguro, essa presunção também não funciona, considerando-se antes que o tomador celebrou o contrato, simultaneamente, por conta própria e de terceiro. Imagine-se que, num contrato de seguro de incêndio, se fixou o capital do seguro como se o tomador do seguro fosse o único proprietário do imóvel, quando na verdade era apenas um dos seus comproprietários. Nesse caso, nos direitos

---

<sup>42</sup> Arts. 1429.º e 1436.º/c) CC. Embora a obrigação de segurar conste formalmente do CC, crê-se que o regime do seguro de incêndio só tem real aplicação em Portugal. O dever de contratar este seguro é, em primeira linha, dos condóminos. Se os condóminos não o fizerem, deve o administrador, subsidiariamente, fazê-lo. Muitas vezes, é isso que acaba por acontecer, dado ser esta a solução mais prática, embora seja também frequente a sua celebração individual, sobretudo por quem recorra ao crédito à habitação. Tenha-se em conta que o seguro deve cobrir as frações autónomas e as partes comuns (n.º 1). O administrador tem o direito de reaver dos condóminos a respetiva quota-parte do prémio (n.º 2). A lei nada diz sobre se este será um seguro em nome próprio e por conta dos condóminos ou antes um seguro em nome e por conta dos condóminos. Todavia, julgo ser de entender que a lei não confere, neste caso, poderes de representação ao administrador, devendo concluir-se que o seguro por si celebrado deverá ser sempre celebrado em nome próprio e por conta dos condóminos.

<sup>43</sup> Art. 47.º/2 LCSP; art. 428.º/§ 2 CCom 1888; e art. 84.º/4 e 5 LSM.

<sup>44</sup> Nesse sentido, embora a propósito da lei espanhola, J. GARRIGUES, *Contrato de seguro terrestre*, 2.ª ed., Madrid 1983, p. 351.

português, angolano ou moçambicano, o contrato considera-se celebrado por conta de todos os comproprietários.<sup>45</sup>

5. Em todos os ordenamentos em análise, a lei faz referência ocasional aos «deveres» ou «obrigações» do segurado. Nos seguros por conta de outrem, correspondendo o segurado a um terceiro, será todavia mais correto qualificar tais situações jurídicas como *ónus* ou *encargos*.<sup>46</sup> O princípio é o de que aos terceiros podem atribuir-se efeitos positivos, não negativos. E a imposição de ónus ou encargos, ao contrário da imposição de deveres, não se qualifica como a atribuição de um efeito negativo mas antes como a imposição de limites a um efeito positivo.<sup>47</sup> A «violação» de um ónus corresponde na verdade à produção, pelo terceiro-segurado ou pelo beneficiário, de um pressuposto negativo do dever de prestar do segurador.<sup>48</sup>

Em Portugal, este uso terminológico impreciso terá contribuído em parte para a ideia errada de que no seguro por conta de outrem caberiam ao tomador os efeitos passivos do contrato, cabendo ao segurado os seus efeitos ativos.<sup>49</sup> Felizmente, a letra da lei flexibilizou a dicotomia, permitindo às partes estipulação em sentido distinto, e à doutrina a atenuação das repercussões mais nefastas dessa dicotomia, levada às últimas consequências.<sup>50</sup> Muito embora haja referências legais aos «deveres» do segurado em todos os ordenamentos analisados, esta dicotomia não encontra reflexos nos direitos angolano ou moçambicano.

Em virtude dessa flexibilidade, devemos concluir que não se proibiu a estipulação de uma pretensão independente do tomador ao cumprimento da obrigação de prestar do segurador, e que muito menos se afastou a aplicação do regime geral do contrato a favor de terceiro, segundo o qual, nada se dizendo a esse respeito, se presume a existência de um direito do tomador a exigir a prestação do segurador, não para si próprio, mas para o seu destinatário – que pode ou não ser o segurado.<sup>51</sup> O reconhecimento dessa pretensão do tomador afigura-se essencial, porquanto nos parece corresponder ao pretendido pelas partes na vasta maioria dos casos. Com efeito, se o princípio indemnizatório impediria que, nos seguros de danos, o direito à indemnização fosse atribuído a pessoa distinta do lesado, já o direito a exigir que a prestação seja feita ao lesado não viola quaisquer princípios ou regras de direito dos seguros.<sup>52</sup> O art. 48.º/2 e 3 LCSP deve assim interpretar-se no sentido de que se veda ao tomador a *perceção* da indemnização sem o consentimento do segurado, mas não a exigência de que esta seja paga a quem de direito.

<sup>45</sup> Art. 47.º/3 LCSP; art. 428.º/§ 3 CCom 1888 e art. 6.º/5 DCSA; e art. 88.º/2 LSM. Para os seguros de um conjunto de coisas, cfr. ainda a regra paralela do art. 125.º/2 e 3 LCSP.

<sup>46</sup> Cfr. M. LIMA REGO, cit. *supra* n. 35, a p. 280.

<sup>47</sup> Cfr. M. N. KRAUSE, cit. *supra* n. 19, a p. 39. O autor rejeita a qualificação destes seguros como contratos em prejuízo de terceiro (*Vertrag zu Lasten Dritter*).

<sup>48</sup> Cfr. P. LENNÉ, *Das Versicherungsgeschäft für fremde Rechnung*, Marburgo 1911, pp 128 e 130-133.

<sup>49</sup> Cfr. o art. 48.º/2 e 3 LCSP:

<sup>50</sup> Para maior desenvolvimento, cfr. M. LIMA REGO, cit. *supra* n. 4, cap. 7.3.

<sup>51</sup> Cfr. o art. 444.º/2 CC.

<sup>52</sup> Por conseguinte, não tem um alcance significativo a ressalva que se faz no art. 48.º/3 quanto ao disposto no art. 43.º, ambos da LCSP.

Em segundo lugar, o preceito não impõe a atribuição ao terceiro-segurado da titularidade dos direitos materiais fundados no contrato, em que se inclui uma pretensão direta contra o segurador relativamente à sua obrigação de prestar. Podendo as partes conferir ao terceiro uma pretensão direta contra o segurador, também poderão, naturalmente, não o fazer. Resultaria algo artificial, julga-se, uma construção que entre nós pretendesse identificar, em todos os casos, a presença de um direito de crédito na esfera do segurado, ainda que sem a correspondente faculdade de exigibilidade. Permite-se, designadamente, no nosso ordenamento, que o tomador reserve para mais tarde a decisão sobre se contempla ou não o segurado com o benefício da cobertura. Assim sendo, deverá ainda concluir-se pela admissibilidade de seguros por conta que não sejam, em simultâneo, seguros a favor de terceiro.<sup>53</sup> No entanto, na grande maioria dos casos, os seguros por conta de outrem serão, simultaneamente, contratos a favor do terceiro por conta de quem foram celebrados.<sup>54</sup>

De acordo com o chamado princípio da não vinculação perpétua, a regra geral em matéria de vigência é a de que qualquer das partes pode opor-se livremente à renovação de um contrato de seguro celebrado por período determinado e com prorrogação automática, podendo naturalmente as partes afastar esta regra geral, ampliando, contratualmente, a liberdade de denúncia do tomador, estipulando por exemplo, num contrato celebrado por período determinado, que o tomador é livre de o denunciar a todo o tempo. O contrato celebrado por período indeterminado pode ser denunciado a todo o tempo por qualquer das partes.<sup>55</sup>

Num desvio às regras de direito comum, fundado numa necessidade de tutela reforçada que a lei reconhece ao terceiro-segurado, a lei restringe a liberdade das partes nos contratos de seguro individuais celebrados por conta de outrem, reconhecendo ao terceiro-segurado um direito à manutenção da cobertura até ao final do período do seguro em curso, ao atribuir ao tomador apenas o direito de se opor à prorrogação automática do contrato, denunciando-o, mesmo contra a vontade do segurado, salvo se também este direito for afastado por estipulação das partes.<sup>56</sup> Esta restrição não se aplica aos seguros de grupo, em

---

<sup>53</sup> Não lhes sendo de aplicar, nesse caso, o disposto no art. 48.º/5 LCSP. Com efeito, esta regra, que reproduz o art. 449.º CC, só tem sentido no contexto dos contratos a favor de terceiro, em que ao terceiro se confere uma pretensão contra o segurador. Não sendo esse o caso, não surge ocasião para o segurador opor ao terceiro o que quer que seja, visto não carecer de meios de defesa contra este, para além do argumento de que o seguro em apreço não é um contrato a favor de terceiro.

<sup>54</sup> Não será esse o caso do seguro obrigatório de responsabilidade civil por acidentes de viação, na parte em que é celebrado por conta de outrem, isto é, na parte que cobre, não o próprio tomador, mas pelo menos alguns dos demais «legítimos detentores e condutores do veículo». Cfr. o art. 15.º/1 do DL n.º 291/2007, de 21.08. Não cabe aqui desenvolver este tema. Para mais desenvolvimentos, cfr. M. LIMA REGO, cit. *supra* n. 4, texto a seguir à n. 2120.

<sup>55</sup> Cfr. o disposto no art. 112.º LCSP.

<sup>56</sup> Art. 111.º/2 LCSP e art. 159.º/2 LSM. Nesse caso, também perante o terceiro-segurado, o tomador tem apenas a possibilidade de se opor à renovação do contrato, conforme o disposto no art. 48.º/4 LCSP e no art. 160.º LSM. Em Portugal, não deverão esquecer-se, em acréscimo, as restrições adicionais, para certas circunstâncias, do art. 114.º LCSP.

que é menor a tutela dos terceiros-segurados.<sup>57</sup> A proteção do terceiro-segurado no decurso de um período de seguro estende-se à cessação por acordo.<sup>58</sup>

Em conformidade com o regime geral dos contratos a favor de terceiro, na falta de disposição em contrário, são oponíveis ao segurado os meios de defesa derivados do contrato de seguro, mas não, naturalmente, aqueles que advenham de outras relações entre o segurador e o tomador do seguro.<sup>59</sup> Tais meios de defesa incluem as reações, não somente ao incumprimento de deveres contratuais por parte do tomador, como ainda ao incumprimento de ónus ou encargos contratuais, por este ou pelos terceiros – como vimos, os ónus ou encargos, ao contrário dos deveres, podem ser impostos pelos contraentes, quer a si próprios, enquanto partes, quer aos terceiros beneficiários, sejam eles segurados ou beneficiários do seguro.

6. Todas as leis analisadas consagram a exigência do consentimento da pessoa segura para a celebração de um contrato de seguro de vida, sob pena de nulidade.<sup>60</sup> Se se celebrar um contrato de seguro sobre a vida do próprio tomador, o consentimento consome-se na sua declaração de parte contratual. A exigência de consentimento só se aplica aos casos em que a pessoa segura é um terceiro, ainda que, como sucederá na maioria dos casos, a pessoa segura assuma também o papel de segurado. E bem. A circunstância de o contrato se celebrar por conta do terceiro não impede as partes de estipularem as regras que entenderem no que respeita à determinação do beneficiário em caso de morte, que poderá ser, não a pessoa ou pessoas designadas pelo segurado, mas aqueles que resultarem da aplicação das regras estipuladas, ainda que supletivamente, no contrato, *v.g.* os seus herdeiros, ou o seu cônjuge e descendentes, pelo que se justifica o requisito do consentimento do próprio.<sup>61</sup> A pessoa segura também pode não desempenhar mais nenhum papel. Assim será no chamado *key-person insurance*.<sup>62</sup>

<sup>57</sup> Cfr. os arts. 84.º e 111/2.º LCSP; e os arts. 153.º/1 e 159.º/2 LSM. Sobre o tema, cfr. M. LIMA REGO, cit. *supra* n. 4, cap. 8.2.3.

<sup>58</sup> Cfr. o n.º 2 do art. 111.º LCSP.

<sup>59</sup> Art. 48.º/5 LCSP. Cfr. ainda o art. 449.º CC. Cfr. M. HÜBSCH, anotação ao § 75 da lei do contrato de seguro alemã de 30.05.1908 em *Berliner Kommentar zum Versicherungsvertragsgesetz, Kommentar zum deutschen und österreichischen VVG*, Heinrich Honsell (ed.), Berlim 1998, pp. 1274-1284, a p. 1276 m. 4. Já ao beneficiário de um contrato de seguro aplicar-se-á diretamente o regime geral constante do art. 449.º CC, com a ressalva, em Portugal, constante do art. 204.º/2 LCSP. Cfr. G. WINTER, «Lebensversicherung. a) Bezugsberechtigter» em Hans Moller (dir), «Die Rechte Dritter gegen den Versicherer» (1970) 59 *ZVersWiss* 17-62, pp. 39-49, a pp. 46-47.

<sup>60</sup> Art. 43.º/3 LCSP; art. 38.º/2 DCSA; e arts. 88.º/4 e 244.º/1 LSM. Em Portugal a proibição estende-se aos seguros de acidentes pessoais (art. 212.º/2 LCSP). Sobre o consentimento da pessoa segura, cfr. W.-T. SCHNEIDER em E. R. PRÖLSS/ A. MARTIN (fund.), *Versicherungsvertragsgesetz*, 28.ª ed., Munique 2010, anotação ao § 150, pp. 852-855, mm. 4-15.

<sup>61</sup> Outro era o entendimento de A. DONATI, *Trattato del diritto delle assicurazioni private*, III, Milão 1956, pp. 588-589. Em relação ao direito italiano, o autor sustentava que a exigência do consentimento não se aplicaria quando o interessado no seguro fosse o próprio terceiro cuja vida se segura, ou seja, que a exigência não se aplicaria aos seguros sobre a vida de terceiro celebrados por conta desse terceiro.

<sup>62</sup> O «seguro de elemento-chave» é um seguro sobre a vida dos colaboradores de particular importância para o negócio de uma dada empresa, normalmente celebrado pela empresa por sua própria conta, para cobertura do risco de o negócio se ressentir da morte ou incapacidade de tais colaboradores. Sobre o tema, cfr. M. LIMA REGO, cit. *supra* n. 4, texto junto à n. 500.

As leis portuguesa e moçambicana ressalvam ainda de forma expressa os casos em que a pessoa cuja vida se segura é também o beneficiário do seguro, só exigindo o consentimento quando assim não suceda. Não obstante a inexistência de uma ressalva expressa nesse sentido na legislação angolana, não parece que a sua interpretação deva ser distinta.<sup>63</sup> O perigo de criação, com a celebração de um contrato de seguro de vida, de um potencial incentivo ao homicídio da pessoa segura apenas existe nos casos em que esta seja pessoa distinta do beneficiário. Trata-se, pelo menos em parte, indiscutivelmente, de uma resposta do sistema à preocupação de eliminar incentivos excessivos ao homicídio.<sup>64</sup> Os obstáculos criados pela lei atuam em dois momentos distintos: (i) num primeiro momento, dificultando, preventivamente, a celebração de seguros que constituam um incentivo demasiado forte ao homicídio da pessoa segura; (ii) num segundo momento, postumamente, negando o direito à prestação a quem, ainda assim, cometeu ou de algum modo participou no homicídio da pessoa segura.<sup>65</sup>

A exigência do consentimento da pessoa segura é um *minus* em relação ao requisito do interesse de seguro.<sup>66</sup> A lei aponta claramente nesse sentido, ao dispor que a pessoa segura tem «ainda» de dar o seu consentimento à cobertura do risco.<sup>67</sup> Contudo, mais do que de qualquer outra explicação, a exigência do consentimento da pessoa segura parece dever explicar-se como decorrência da dignidade da pessoa humana: impõe-se como reconhecimento de um direito de personalidade, a ter uma palavra a dar na questão de saber quem ficará a ganhar com a nossa morte. Afinal, o contrário seria um exemplo acabado de instrumentalização de um ser humano por outro – um atentado ao imperativo

---

<sup>63</sup> No regime anteriormente vigente em Portugal, cfr. o art. 11.º/1 do DL n.º 176/95, de 26.07. Este preceito, cuja redação era demasiado ampla, à semelhança do que sucede hoje com o art. 38.º/2 DCSA, era objeto de uma interpretação restritiva, sustentando a doutrina que apenas no seguro sobre a vida de um terceiro não beneficiário deveria exigir-se o consentimento da pessoa segura. Neste sentido, J. C. MOITINHO DE ALMEIDA, *O contrato de seguro no direito português e comparado*, Lisboa 1971, p. 318; e M. LIMA REGO, cit. *supra* n. 4, n. 1701.

<sup>64</sup> A explicação tradicional da razão de ser da exigência legal do consentimento da pessoa segura encontra-se, por exemplo, em N. DREWS, «Die Zustimmung des Versicherten in der Lebensversicherung» (1987) 38 *VersR* 634-642, a pp. 634 e 637. O seu propósito é o de impedir a celebração de seguros que possam constituir um incentivo à provocação do sinistro, exigindo-se o consentimento para assegurar: (i) que o visado toma conhecimento do seguro; e (ii) que pode ele próprio aferir da oportunidade de um tal seguro.

<sup>65</sup> Cfr. o disposto no art. 192.º LCSP; no art. 458.º/2 CCom 1888 e no art. 42.º DCSA; e no art. 243.º/2 LSM. Em sentido convergente, cfr. o art. 46.º/2 LCSP e o art. 143.º/2 LSM. Já os perigos de fraude ou de seleção adversa não se resolvem de todo por este meio, pelo menos nos casos em que o tomador-segurado coincida com a pessoa segura. Pense-se, por exemplo, no caso do doente terminal que celebra um seguro de vida milionário depois de saber que tem apenas alguns meses de vida, sonhando esta informação ao segurador. Ou ainda no insolvente que, desesperado com a sua situação, celebra ou faz celebrar por terceiro um seguro sobre a sua vida, milionário ou nem isso, com o intuito de logo em seguida cometer suicídio. Para obviar a estes últimos ímpetus fraudulentos, estabeleceu-se na lei o «período de carência» do art. 191.º LCSP, do art. 45.º DCSA e do art. 247.º LSM.

<sup>66</sup> Não seria precisa muita imaginação para conceber numerosas hipóteses de obtenção do consentimento dos visados através do recurso a meios impróprios, designadamente, a qualquer uma das formas de usura a que faz referência o art. 282.º/1 CC.

<sup>67</sup> Nesse sentido, T. BAKER, *Insurance law and policy: cases, materials and problems*, 2.ª ed., Austin TX 2008, p. 239, fazendo referência às ameaças implícitas de retaliação, por parte da entidade empregadora, que subverteriam o requisito do consentimento das pessoas seguras nos COLI (*corporate owned life insurance policies*).

kantiano de tratamento de cada ser humano como um fim em si mesmo e não como um meio para o uso arbitrário desta ou daquela vontade.<sup>68</sup>

Exige-se a emissão, pela pessoa segura, de uma declaração unilateral que autorize a celebração, pelo tomador, de um contrato de seguro sobre a sua vida.<sup>69</sup> Podemos distinguir duas modalidades de consentimento: (i) a pessoa segura assina a proposta de seguro, ou outro documento constitutivo da apólice de que conste a designação beneficiária, juntamente com o tomador do seguro; (ii) em documento à parte, a pessoa segura presta o seu consentimento à celebração, pelo tomador, de um contrato de seguro sobre a sua vida.<sup>70</sup> Esta última modalidade bastará para cumprir o requisito legal.<sup>71</sup> Todavia, a primeira será porventura a mais prudente e o caso mais frequente no mercado.

Estas modalidades correspondem a diferentes graus de concretização do consentimento da pessoa segura. Na primeira, o consentimento faz-se quanto àquele contrato de seguro, com aquele conteúdo e aquela designação beneficiária, pelo que quaisquer alterações a esta última carecerão de novo consentimento da pessoa segura. Deverá considerar-se que este visa abranger também os casos em que ocorre a revogação de uma designação beneficiária e a sua substituição por uma nova. Por identidade de razão, deverá estender-se este regime à cessão do direito ao capital seguro.<sup>72</sup> Ou seja, carecem do consentimento da pessoa segura todos os casos em que há uma modificação subjetiva na titularidade do benefício. Na segunda modalidade de consentimento, este far-se-á em abstrato, relativamente à celebração de um qualquer seguro sobre a vida da pessoa segura, sem ter em atenção a identidade do beneficiário, pelo que as alterações à designação beneficiária deverão apenas ser-lhe comunicadas – entenda-se, para que lhe seja dada a oportunidade de, querendo-o, revogar o seu consentimento.<sup>73</sup>

---

<sup>68</sup> Referência a I. KANT, *Fundamentação da metafísica dos costumes*, orig. 1785, trad. P. Quintela, Lisboa 1995, p.

<sup>69</sup> Cfr. o art. 1.º da Constituição da República Portuguesa e o art. 2.º da atual Lei Constitucional Angolana. Não há referência equivalente na atual Constituição da República de Moçambique. Este direito de personalidade goza ainda da proteção genericamente conferida a todos os bens de personalidade pelo art. 70.º/1 e 2 CC.

<sup>69</sup> Em defesa da sua qualificação como uma declaração unilateral, A. DONATI, cit. *supra* n. 61, p. 589; W.-T. SCHNEIDER cit. *supra* n. 60, pp. 853-854, mm. 9-10; e N. DREWS, cit. *supra* n. 64, pp. 641-642. SCHNEIDER e DREWS analisam a natureza jurídica do consentimento escrito da pessoa segura, notando que a lei utiliza a palavra *Einwilligung*, definida no § 183 BGB como significando consentimento prévio (*vorherige Zustimmung*). Por este motivo, não admitem a posterior convalidação de um seguro de vida celebrado sem o necessário consentimento. O último sustenta que este é uma declaração unilateral de vontade recetícia, no sentido do § 130 BGB.

<sup>70</sup> Cfr. o art. 199.º/4 e 5 LCSP; o art. 38.º/2 DCSA; e o art. 244.º LSM. Se for a própria pessoa segura a designar o beneficiário isso significa que esta será também o segurado, pelo que, naturalmente, será ela própria a alterar a cláusula beneficiária, se e quando entender, de acordo com a regra do art. 199.º/1 LCSP.

<sup>71</sup> As leis angolana e moçambicana exigem que conste do contrato o consentimento escrito da pessoa segura, mas quando este é dado em documento à parte o requisito também se cumpre, desde que aquele passe a integrar o conjunto de documentos que compõem a apólice.

<sup>72</sup> Permitida nos termos do disposto no art. 196.º/1 LCSP e no art. 229.º LSM.

<sup>73</sup> A lei moçambicana parece não admitir a segunda hipótese, ao exigir, em todos os casos, o acordo escrito da pessoa segura para a substituição do beneficiário. Cfr. o art. 244.º/2 LSM. O preceito faz referência à «transmissão» da posição de beneficiário, à semelhança do que sucedia em Portugal com o art. 11.º/2 do DL n.º 176/95, de 26.07 (revogado pela LCSP). É certo que se contemplam no preceito os casos de transmissão

O consentimento da pessoa segura pode ser revogado a todo o tempo, na medida em que o direito de decidir sobre a celebração, ou manutenção em vigor, de um contrato de seguro sobre a própria vida deve qualificar-se como um direito de personalidade, cuja limitação é sempre revogável.<sup>74</sup>

A lei portuguesa ressalva os casos em que a celebração do contrato resulta do cumprimento de disposição legal ou de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho.<sup>75</sup> Estão em causa, designadamente, os seguros de grupo celebrados por entidades empregadoras com o intuito de prover complementos de reforma para os respetivos trabalhadores.<sup>76</sup> Ficam de fora os casos em que o seguro se celebre para garantir uma responsabilidade do tomador perante a pessoa segura que não resulte diretamente da lei mas antes, designadamente, de contrato. O mesmo não sucede na lei moçambicana, que ressalva, mais amplamente, a celebração do contrato «para garantia de uma responsabilidade do tomador do seguro relativamente à pessoa segura em caso de ocorrência dos riscos cobertos pelo contrato de seguro».<sup>77</sup> A lei angolana não contempla nenhum desvio à regra da necessidade do consentimento da pessoa segura.

---

*inter vivos* e *mortis causa* do direito ao benefício mas já então se entendia que a regra ia muito para além desses casos. A. VAZ SERRA, «Contratos a favor de terceiro. Contratos de prestação por terceiro» (1955) 51 *BMJ* 29-229, a pp. 135 e 138-139, pronunciara-se genericamente contrário à transmissibilidade supletiva da posição do terceiro beneficiário, em quaisquer circunstâncias. D. LEITE DE CAMPOS, *Contrato a favor de terceiro*, orig. 1969, 2.<sup>a</sup> ed., Coimbra 1991, pp. 148-150, mostrara-se favorável à ideia de que o terceiro beneficiário de um contrato a favor de terceiro podia em geral transmitir *inter vivos* a sua posição a outrem, mas entendia não ser esse o caso na generalidade dos seguros de vida, dado o seu carácter previdencial. A transmissibilidade ou intransmissibilidade, *inter vivos* ou *mortis causa*, da posição do terceiro beneficiário deve resultar da interpretação do contrato. É meramente supletiva, quanto a esta última, a regra do art. 451.º/2 CC. Em Portugal, as dúvidas que pudessem subsistir foram afastadas pelo disposto no art. 196.º/1 LCSP.

<sup>74</sup> Em virtude do disposto no art. 81.º/2 CC. Uma precisão: se, em lugar de assinar a proposta de seguro, a pessoa segura assinar um documento à parte, de cuja interpretação resulte que o seu consentimento se refere àquele contrato de seguro, com aquele conteúdo e aquele beneficiário, deverá aplicar-se-lhe o regime do art. 199.º/4 e não o do art. 199.º/5 LCSP.

<sup>75</sup> Art. 43.º/3 LCSP.

<sup>76</sup> Na Alemanha, a ressalva aponta mais explicitamente para tais instrumentos. Cfr. o § 150 II da atual lei do contrato de seguro alemã, de 23.11.2007, que entrou em vigor em 01.01.2008.

<sup>77</sup> Art. 244.º/1 LSM. Uma vez mais, a redação corresponde à do art. 11.º/1 do DL n.º 176/95, de 26.07 (revogado pela LCSP).